



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br



Comprometimento da análise

Segundo o Sindepo-DF, a decisão foi adotada sem consulta prévia à categoria e sem regulamentação legal específica, criando um novo modelo procedimental não previsto no ordenamento jurídico vigente. A presidente do Sindepo-DF, delegada Cláudia Alcântara, sustenta que a categoria não é contra o uso de tecnologia para aprimorar o trabalho policial, mas alerta que mudanças dessa natureza precisam seguir critérios técnicos e jurídicos claros. “Não se trata de resistência ao avanço tecnológico, mas de preservar garantias legais, a qualidade da investigação e o atendimento humanizado à população. A lavratura remota de flagrantes pode comprometer a segurança jurídica, a integridade das provas e a proteção às vítimas, especialmente as mais vulneráveis. É essencial que qualquer alteração dessa magnitude seja amplamente debatida com a categoria e devidamente regulamentada por lei”, destacou.

Prisão por videoconferência

A direção-geral da Polícia Civil do Distrito Federal vai iniciar um projeto-piloto para lavratura de Autos de Prisão em Flagrante (APFs) e oitivas por meio de videoconferência. A medida prevê que o delegado de plantão na 1ª Delegacia de Polícia (DP) presida, à distância, procedimentos ocorridos na 8ª DP, sem a presença física no local. A ideia causou a discordância do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Sindepo-DF). A entidade manifestou, nesta semana, sua insatisfação em ofício dirigido ao delegado-geral da PCDF, José Werick de Carvalho. O sindicato pede a suspensão de qualquer ampliação do projeto até que haja regulamentação legal específica e diálogo com representantes da categoria. Também defende a manutenção da presença física do delegado nas Centrais de Flagrantes.



Minervino Junior/CB

Ed Ferreira/MPDFT



Aprovação para o CNMP

O plenário do Senado aprovou, ontem, por maioria absoluta, os nomes de três indicadas para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP): a procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amapá (MPAP) Ivana Lúcia Franco Cei, que será reconduzida; a promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) Fabiana Costa Oliveira Barreto (foto) — ex-procuradora-geral de Justiça do DF —; e a advogada Greice Fonseca Stocker.

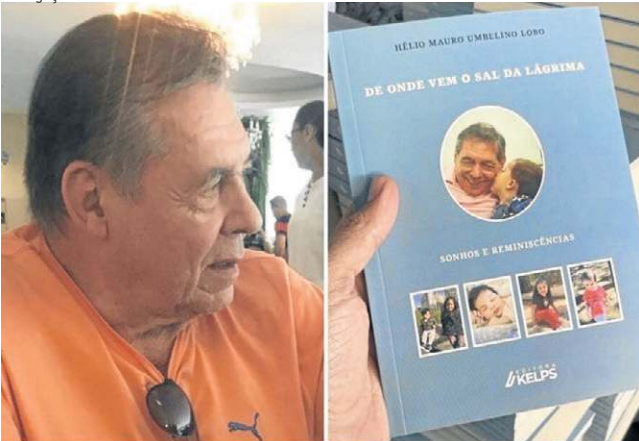
Ed Alves/CB/DA.Press



Gutemberg é reeleito presidente do Sindicato dos Médicos

Gutemberg Fialho foi reeleito para novo mandato na presidência do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal (SindMédico-DF). Médico e advogado, paraibano de Araruna, radicado no DF desde a década de 1980, Gutemberg conquistou o quinto mandato consecutivo, com 64% dos votos válidos, em um pleito que marcou o retorno das disputas eleitorais sindicais.

Divulgação



Memórias

Primeiro prefeito de Goiânia, Hélio Mauro Umbelino Lobo lança, nesta sexta-feira, em Pirenópolis, o livro *De onde vem o sal da lágrima*. Na obra, o político conta histórias colecionadas durante sua carreira política, iniciada na década de 1970, como prefeito de Goiânia, deputado estadual e federal e chefe de gabinete de ministérios em Brasília. Ele criou várias obras de restauração do patrimônio histórico cultural, incluindo um famoso festival de música da época, que buscava incentivar novos talentos, intitulado Comunicasom. A noite de autógrafos será no Espaço Cultural Escultora Maria Guilhermina, no Relais Amadeus Hotel Design, com a presença de vários amigos, como o ex-prefeito de Goiânia Indio do Brasil Artiaga, o ex governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, o deputado Federal Wilmar Rocha e o ex-governador de Goiás Marconi Perillo.

Vídeos educativos nos cinemas

Os cinemas do Distrito Federal poderão ser obrigados a exibir vídeos educativos de conscientização, prevenção e combate à violência contra as mulheres antes do início dos filmes. A medida está prevista no projeto de lei nº 730/2023, do deputado Pastor Daniel de Castro (PP), aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Câmara Legislativa. O texto ainda precisa ser analisado pelos distritais em plenário, antes de seguir para sanção do governador Ibaneis Rocha.

Caio Gomez/CB



CPMI do INSS

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre desvios no INSS será instalada na próxima semana, segundo anunciou, ontem, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). O requerimento de instalação da CPMI foi apresentado pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF) — que deve assumir a vice-presidência da comissão — e pela deputada Coronel Fernanda (PL-MT), com o apoio de 223 deputados e 36 senadores. O presidente da CPMI será o senador Omar Aziz (PSD-AM).

Saulo Cruz/Agência Senado



Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

»Entrevista | CARLOS JACOBINO | PRESIDENTE DO SINFOR-DF

Ao *CB.Poder*, dirigente do sindicato que reúne as indústrias de informação destacou a força do ecossistema de ciência, tecnologia e inovação do DF. O especialista ressaltou, ainda, a necessidade de regular o uso da IA nas redes sociais

Brasília, capital tecnológica

» LAÍZA RIBEIRO*

As oportunidades no setor de tecnologia no Distrito Federal foram o destaque do CB.Poder

Podemos dizer que Brasília é um mercado atraente para se investir em tecnologia?

Não tenha dúvida. Recentemente, saiu uma pesquisa destacando Brasília como a melhor capital do mundo para nômades digitais. É considerada um espaço superpropício para quem quer viver e produzir aqui, independentemente se você vai trabalhar no Brasil ou no exterior. Esse contexto, de uma cidade que tem boa qualidade de vida, boas universidades, um conjunto de fatores de atratividade, cria muitas conexões. Atualmente, temos a Fundação de Apoio à Pesquisa, a FAP, com muitos projetos, como o Start BSB, com programas de enriquecimento

— parceria do *Correio* com a TV Brasília — de ontem. Aos jornalistas Carlos Alexandre e Jaqueline Fonseca, o presidente do Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal (Sinfór-DF),

do ecossistema que envolvem todas as etapas de uma startup, desde a ideação até a consolidação no mercado. Temos um espaço muito atraente. Brasília é um espaço que combina com tecnologia.

Como Brasília se situa no mercado de TI, em nível nacional?

Nosso ecossistema de ciência, tecnologia e inovação é muito forte, não só no DF como em outros países. Temos startups que exportam tecnologia para várias nações, empresas que prestam serviço nacional e internacionalmente, tecnologias que são desenvolvidas aqui e utilizadas em vários

Carlos Jacobino, avaliou o DF como um polo gerador de tecnologia e falou sobre o impacto que o setor tem no PIB da capital. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista.

O que pode nos contar sobre o Brasília Mais TI?

Como atração principal desse ano, convidamos a Deborah Lynch-Smith, CEO da Agência Norte-Americana de Competitividade. Ela vem para falar sobre como a tecnologia, a inovação e a inteligência artificial têm afetado a competitividade dos países. Teremos algumas palestras mais técnicas com grandes nomes. Na edição de 2024, foram mais de 60 palestrantes e cerca de R\$ 100 milhões em negócios gerados, mas este será

Bruna Gaston CB/DA Press



bem maior. Aumentamos as áreas de exposição, o número de palestras, de painéis e de atrações. Em 2025, tivemos inscrições de todos os estados, a primeira vez que isso acontece. Serão três dias de evento, de 19 a 21 de agosto. Tem uma área específica para o público teen com arena gamer, atividade de economia criativa e palestras. Além disso, teremos um campeonato de robótica para alunos da rede pública.

Qual o objetivo desse espaço específico para o público mais jovem?

Trazer mais jovens e estudantes para a tecnologia. Isso torna o nosso terreno muito fértil. Esses jovens serão futuros empreendedores, abrirão startups, vão trabalhar, abrir empresas e se conectar

um pouco do que tem acontecido, e realmente é preocupante. As big techs têm um papel importantíssimo em impedir que determinados conteúdos sejam veiculados. Atualmente, conseguimos aplicar a visão computacional para a leitura do próprio arquivo. No processamento do arquivo, eu consigo extrair o que foi dito, o que foi mostrado, sem a necessidade de curadoria humana para isso, e conseguimos denunciar também.

Qual é a dificuldade de aplicar isso na rede social?

Em tese, não precisaríamos de uma legislação nova. Existem leis que preveem questões como pedofilia e racismo. Existe um marco legal da internet que fala de muitas coisas que não podem acontecer. A grande questão é que as pessoas têm uma sensação de impunidade e acham que a internet é um ambiente de ninguém, onde elas podem falar, escrever e postar o que querem. Não podemos fugir dessa discussão.

* Estagiária sob a supervisão de Eduardo Pinho

Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista completa